



MUITO ALÉM DO VOTO: GEOGRAFIA E POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO CIDADÃ

BEYOND VOTING: GEOGRAPHY AND POLITICS FOR CITIZENSHIP EDUCATION

MÁS ALLÁ DEL VOTO: GEOGRAFÍA Y POLÍTICA DE EDUCACIÓN CIUDADANA

Marina Castro de Almeida

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil

marina.almeida@uftm.edu.br

Resumo: O artigo apresenta o resultado de pesquisa sobre como a Geografia Política pode contribuir para o exercício da educação cidadã. Além da reflexão acerca dos aspectos teóricos referentes aos conceitos de política, cidadania, escala geográfica e pacto federativo, é relatada a aplicação do Jogo da Política na Educação Básica. No âmbito do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), campus Uberaba/MG, os graduandos matriculados na disciplina de Geografia Política coordenaram as atividades realizadas com os estudantes do Ensino Médio em quatro etapas: I) duas aulas teóricas para elaboração de diagnóstico; II) realização de trabalhos de campo nas secretarias municipais; III) três aulas teóricas posteriores ao campo para sistematização dos dados e preparação para o jogo; IV) aplicação do Jogo da Política, debate e plenária final. Dentre os resultados alcançados destacam-se a reconstrução do conceito de política inicialmente identificado como uma resistência ao debate entre os estudantes do Ensino Médio e sua expansão para além das polarizações e hostilizações entre partidos políticos. O reconhecimento das vias possíveis para participação na política do município por meio de acesso a informações públicas, especialmente referentes ao orçamento participativo. Por fim, distingue-se o potencial da experiência analisada e da pesquisa ainda em curso de contribuir para que o ensino de Geografia se fortaleça como via capaz de concretizar a formação de cidadãos comprometidos com a democracia e com a construção de novas práticas políticas capazes de transformar o destino de sua comunidade.

Palavras-chave: jogo da política, orçamento participativo, ensino de Geografia.



Abstract: The article presents the result of research on how Political Geography can contribute to the exercise of citizenship education. Besides the theoretical aspects related to the concepts of politics, citizenship, geographical scale, and federative pact, the application of the Politics Game in basic education is reported. At the UFTM (Federal University of the Triângulo Mineiro, Uberaba/MG campus), the undergraduate students enrolled in the Political Geography course coordinated the activities carried out with high school students in four stages: I) two theoretical classes for the elaboration of the diagnosis; II) fieldwork in the municipal offices; III) three theoretical classes after the fieldwork for data systematization and preparation for the game; IV) application of the Game of Politics, debate and final plenary. Among the results achieved, we highlight the reconstruction of the concept of politics, initially identified as a resistance to debate among high school students, and its expansion beyond the polarizations and hostilities between political parties. The recognition of possible ways to participate in the politics of the municipality through access to public information, especially regarding the participatory budget. Finally, the potential of the experience analyzed and of the research still underway to contribute to the strengthening of geography teaching as a way to concretize the formation of citizens committed to democracy and to the construction of new political practices capable of transforming the destiny of their community is distinguished.

Keywords: political game, participatory budget, geography teaching.

Resumen: El artículo presenta los resultados de una investigación sobre cómo la Geografía Política puede contribuir al ejercicio de la formación ciudadana. Además de los aspectos teóricos referentes a los conceptos de política, ciudadanía, escala geográfica y pacto federativo, se relata la aplicación del Juego de la Política en la educación básica. En el ámbito de la Licenciatura en Geografía de la UFTM (Universidad Federal del Triángulo Mineiro, campus Uberaba/MG), alumnos de graduación matriculados en la asignatura de Geografía Política coordinaron las actividades realizadas con alumnos de la escuela secundaria en cuatro etapas: I) dos clases teóricas para hacer un diagnóstico; II) realizar trabajo de campo en secretarías municipales; III) tres clases teóricas después del campo para sistematizar los datos y preparar el juego; IV) aplicación del Juego de la Política, debate y plenario final. Entre los resultados alcanzados, destacamos la reconstrucción del concepto de política identificado inicialmente como una resistencia al debate entre estudiantes de secundaria y su expansión más allá de las polarizaciones y hostilidades entre partidos políticos. Reconocimiento de posibles vías de participación en la política municipal a través del acceso a la información pública, especialmente en materia de presupuestos participativos. Finalmente, el potencial de la experiencia analizada y de las investigaciones aún en curso para contribuir al fortalecimiento de la enseñanza de la geografía como vía capaz de lograr la formación de ciudadanos comprometidos con la democracia y con la construcción de nuevas prácticas políticas capaces de transformar el destino de su colectividad.

Palabras-clave: juego de la política, presupuesto participativo, enseñanza de la geografía.

Introdução: solo fértil que fez germinar a semente

As inquietações que motivaram os primeiros passos para a elaboração do trabalho aqui relatado surgiram na conclusão da disciplina de Geografia Política, ministrada na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), campus Uberaba/MG, aos graduandos de Licenciatura em Geografia. A solicitação era mais ou menos assim: usem as linhas a seguir para sugestões de como podemos melhorar o Curso de Geografia Política para as próximas turmas. A honestidade da resposta veio coroada de uma generosidade que não poderia ser mais operacional: o curso foi muito teórico, tive dificuldades em relacionar autores e teorias estudados com a prática que tenho desenvolvido na escola, durante os estágios.

Este diagnóstico, ao mesmo tempo certo e constrangedor, foi combustível fundamental para a revisão dos procedimentos que não foram capazes de alcançar os objetivos propostos. O passo seguinte foi a revisão do programa da disciplina e um convite a novas práticas que trouxessem a dimensão local para o debate. Um olhar mais cuidadoso para a bibliografia já adotada indicava o caminho. Recuperamos a proposição de Brandão (2013a), quando o autor enfatiza a incapacidade da União, estados e municípios em realizar um pacto federativo adequado e justo na tarefa de universalizar os serviços públicos e os meios de consumo urbano coletivos. Para o autor, dentre as principais dificuldades que atravancam esse processo está a inabilidade de se atingir “o lugar da vida cotidiana e das práticas sociais (*place*)” (BRANDÃO, 2013a, p.170).

Exatamente neste ponto, a escala local, passou a ser o foco da nova proposta de ensino para o curso de Geografia Política ministrado no período seguinte. A ferramenta inicialmente adotada para intermediar as teorias com a dimensão territorial do município foram trabalhos de campo. Estudantes organizados em grupos passaram a eleger problemas locais que pudessem guiar estudos de caso representativos de suas realidades. Rapidamente a dinâmica reverteu a rotina passiva e inaugurou uma participação entusiasmada de todos na condução dos debates.

Dentre os problemas locais identificados naquela circunstância, um deles chamou atenção e ultrapassou as fronteiras do próprio grupo, provocando sugestões de intervenção em toda a turma. A questão a ser enfrentada era a pouquíssima adesão dos uberabenses à Audiência Pública do Orçamento Participativo. Definida a problemática, passaram então ao mosaico de frentes de trabalho a serem empreitadas. Nesse transe coletivo, guiado pela intenção de gerar benefícios por meio da formação de cidadãos mais participativos, surgiu a

proposta de trabalhar o Jogo da Política¹ na Educação Básica. Naquele momento a semente foi lançada ao solo.

O orçamento público municipal passou a ser foco de investigação daquela e das próximas turmas ingressantes na disciplina de Geografia Política a partir de 2018. O período letivo se tornou curto demais para a realização de todas as etapas: trabalho de campo nas secretarias municipais, escuta e seleção das demandas da sociedade civil, preparação e regência de aulas na Educação Básica e, finalmente, a aplicação do Jogo da Política na escola. O encaminhamento mais uma vez decorreu da problematização coletiva: por que não seguirmos com as atividades mesmo depois da conclusão da disciplina? Nascia assim o desenho do que viria a ser uma proposta de pesquisa “Muito Além do Voto: Geografia e Política para Educação Cidadã”, objeto deste ensaio.

Assim, este breve relato traz na próxima sessão as questões norteadoras que impulsionaram a criação da pesquisa, assim como a metodologia e o referencial teórico acionado. A seguir destaca-se a apropriação de uma nova linguagem como ferramenta de aprendizagem da prática política: aplicativos que facilitam a participação na gestão do município; outros que permitem acompanhar obras públicas, verificar atrasos e irregularidades; até aqueles que seguem o cotidiano dos deputados e denunciam transações financeiras suspeitas. Nesta etapa do trabalho destaca-se a discussão do conceito de política, sua ressignificação a partir da experiência vivenciada no ensino de Geografia e da análise de fatos ocorridos no município de Uberaba. Finalmente o texto aborda a aplicação do Jogo da Política na escola, além dos preparativos teóricos e empíricos para sua realização. Nas considerações finais tem-se a análise dos resultados do trabalho e a reflexão acerca das possibilidades de a Geografia Política contribuir para a prática de uma educação cidadã, no enfrentamento das desigualdades territoriais e na valorização da diversidade.

Florescer: universidade, escola e um horizonte comum

O objetivo principal do trabalho Muito Além do Voto: Geografia e Política para Educação Cidadã foi promover experiências educativas e científicas na Educação Básica,

¹ O Jogo da Política é uma cocriação do laboratório digital de tecnologia LabHacker e da agência-escola de jornalismo Énois, apoiados pela Sonho Brasileiro da Política em 2014. Ele foi lançado oficialmente em junho de 2017 sob licença Creative Commons e está sob a tutela do LabHacker. É uma Tecnologia Social certificada pela Fundação Banco do Brasil. Todo o material e as orientações para a aplicação do Jogo estão disponíveis gratuitamente no sítio: jogodapolitica.org.br.

afim de contribuir para a formação de cidadãos participativos e atuantes na política de seu município.

As questões norteadoras que impulsionaram sua criação foram: por que os adolescentes não se sentem capazes de atuar politicamente? Será que política não se discute realmente? Quais são as possibilidades de compreensão e participação ativa dos jovens nas decisões políticas de seu município? Por que é tão difícil entender e participar da política? Como ensinar e aprender política na escola sem cair em discussões apenas partidárias e vazias do exercício efetivo da cidadania? O que é ser cidadã e cidadão?

Tais problematizações guiaram a interação entre estudantes do Ensino Médio e os licenciandos em Geografia da UFTM. Na prática, foi enfatizada a viabilização de uma educação geográfica para a cidadania, participação política e o exercício de experiências de escuta mútua e tomada de decisões coletivas. Ao longo do semestre letivo, os licenciandos, matriculados na disciplina de Geografia Política, coordenaram as atividades a serem realizadas com os estudantes da escola em quatro etapas: I) duas aulas teóricas para elaboração de um diagnóstico; II) realização de trabalhos de campo nas secretarias municipais com os estudantes da escola; III) três aulas teóricas posteriores ao campo para sistematização dos dados e preparação para o jogo; IV) aplicação do Jogo da Política, debate e plenária final.

Os temas abordados ao longo das aulas permitiram o diálogo entre a dimensão teórica da disciplina de Geografia Política e a escala local. Dentre eles estavam: o orçamento público municipal de Uberaba, as secretarias municipais e suas funções de governo, políticas públicas municipais, a constituição dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), os níveis de governo (municipal, estadual e federal) e as possibilidades de participação política (aplicativos, sites e canais do Youtube).

O referencial teórico adotado durante o planejamento das atividades teve a intenção de contribuir para a definição dos caminhos possíveis para a formação de indivíduos capazes de se tornarem sujeitos e não apenas objetos de sua história. Apoiados em Santos (1989) e Castro (2011), propusemos a análise das noções de cidadão e cidadania, sua construção histórica, sobretudo a proposição de que as dimensões da cidadania ultrapassam o momento do voto. O processo histórico de conquista coletiva dos valores inerentes à cidadania não é linear, tem sido transcorrido com idas e vindas, avanços e retrocessos. Mais do que direitos civis, para os autores a cidadania envolve a dialética relação entre Estado, economia e cultura. O exercício do direito ao voto tampouco identifica o indivíduo como cidadão. O eleitor pode existir sem que o sujeito realize inteiramente seu potencial de participação ativa no destino de sua comunidade (SANTOS, 1989).

A intrincada relação entre a garantia formal de um direito e as possibilidades de cada indivíduo exercê-lo fundamenta a proposição de Castro (2011, p. 205) de que a cidadania é territorialmente desigual. Assim, a distância entre a lei e a plena realização dos direitos garantidos aos cidadãos está diretamente condicionada à localização. Para a autora, se nos países ricos há um conjunto de instituições organizadas que auxilia o acesso e o uso efetivo dos direitos a todos os cidadãos, num país como o Brasil a localização pode constituir um facilitador ou uma dificuldade ao exercício desses direitos.

A cidadania como prática política na realidade brasileira tem sido uma conquista por vezes negada à maior parte da população. Na análise de Santos (1989), o consumo constitui um alibi eficiente nesse processo. Como elemento central da argumentação proposta pelo autor, o consumismo é tido como entrave para a tomada de consciência, já que mergulha o consumidor numa anestesia passiva em relação à construção de seu próprio futuro. Nesse contexto é que foi edificada a máxima: “Onde não há o cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito. É o nosso caso” (SANTOS, 1989, p. 56).

O próprio título do trabalho faz referência à proposição de Santos (1989). As primeiras interações na escola já revelavam o desafio em reconstruir a ideia de política para além do voto, dos partidos políticos e da corrupção, comumente aventada. Após a elaboração de um diagnóstico, foi identificado que grande parte dos adolescentes avaliavam que a discussão política comumente não traz nenhum avanço. Ao contrário, para eles tais debates eram sempre destrutivos porque geravam brigas, ofensas e “cancelamentos” de amizades e relações familiares. Chegaram a afirmar diretamente que a sala de aula não é lugar dessa discussão, como religião e time de futebol, política era assunto particular, que não deveria ser tratado publicamente.

A consternação por parte dos licenciandos foi geral. Perceberam rapidamente o choque tratado por Cavalcanti (1991), entre os conceitos científicos e sua articulação com a dimensão local, com o cotidiano e a realidade vivida na escola. Para a autora, é desta articulação, entre a teoria - os conceitos formalmente definidos - e sua apropriação e aplicação prática que decorre o “raciocínio geográfico”. Este último seria a chave para a participação ativa dos sujeitos na comunidade em que vivem. Depende da assimilação de modo “autônomo e criativo das bases da ciência geográfica que propiciem a formação de convicções e atitudes a respeito da espacialidade da prática social” (CAVALCANTI, 1991, p. 278/279).

Nesse sentido, a proposta da autora é superar o formalismo dominante no ensino e promover a possibilidade de se exercitar o raciocínio geográfico, ou seja, que os estudantes se tornem ativos na construção de interpretações sobre sua realidade. O diagnóstico da primeira

intervenção na escola nos forneceu um relato acerca da representação social (CAVALCANTI, 1998) dos estudantes sobre o conceito de política. Assim, a primeira tarefa seria reconstruir essa ideia no confronto entre o científico e o cotidiano. Não tardou muito para os relatos nos fornecerem a matéria-prima dessa reconstrução. “Ano passado tivemos um embate entre os estudantes e a direção da escola pelo preço dos lanches da cantina².” A euforia tomou conta da turma, os fatos eram recordados como feitos heroicos. A organização dos estudantes na época gerou um movimento que culminou na troca do grupo terceirizado que gerenciava a cantina. Pronto, chegávamos na escala local. Bem ali florescia a possibilidade de ressignificar a ideia de política, de olhar para as próprias ações motivadas pela geração de benefícios a todos.

O avanço das discussões mostrou, entretanto, que a escala local era sempre interpolada por eventos multiescalares. Ao conceito de política, outros instrumentos analíticos foram associados e passaram a compor bases teóricas capazes de subsidiar as reflexões. O papel do Estado no atual contexto neoliberal vez ou outra aparecia como pano de fundo. A esse respeito, recorreremos a Peck e Tickell (2002, p. 392), “o neoliberalismo parece estar em toda parte”. Para os autores, sua aparente onipresença expressa o poder deste projeto político de se propagar em diferentes escalas. Apesar de arquitetado e imposto por organismos internacionais, como um regime extra-local de regras, pressões e punições, ele também se articula “internamente” com certas instituições e políticas locais.

Justamente as instituições e suas ações que organizam o território brasileiro passaram a conduzir as análises nesta etapa dos trabalhos. Qual o papel do poder público frente à dificuldade de negociação entre as diferentes escalas: local, nacional e global? A deficiência na implementação de políticas públicas para o provimento de bens e serviços coletivos, como habitação, infraestrutura, saúde e educação foi consenso. O caso específico do Brasil no que se refere ao pacto federativo vinha à tona e trazia luz às dificuldades a serem superadas (BRANDÃO, 2013a).

O compartilhamento do poder nas três esferas: da União, dos estados e dos municípios foi facilmente identificado nas análises das práticas sociais. Entretanto, foi de difícil compreensão quando se tratava do jogo de interesses que anima essas práticas. Alguns exemplos ilustraram a dificuldade de operacionalização entre a criação de leis - tanto na escala federal (como os direitos previstos na Constituição) como nos estados e municípios - e

² Transcrições das cadernetas de campo elaboradas pelos licenciandos do curso de Geografia Política com o registro das falas dos estudantes da escola. A partir deste ponto do artigo, as demais transcrições se referem à mesma fonte.

sua realização, ou seja, sua efetivação no cotidiano, na escala concreta do território. Assim, a escala municipal emergia como significativa e oportuna para a reflexão.

A noção de escala como uma construção social (SMITH, 2000; PECK, 2004; SWYNGEDOUW, 2004) demonstrou a necessidade de identificação da extensão dos fenômenos políticos analisados. Começava a ficar claro que a organização dos estudantes contra o preço abusivo praticado na cantina tinha uma extensão menor do que a greve dos motoristas de ônibus em prol do reajuste salarial. O debate trazia exemplos muito operacionais para o exercício do conceito. As recorrentes inundações na Avenida Leopoldino de Oliveira, uma das principais vias da cidade de Uberaba, e a abrangência do projeto “Água Viva³” ilustrou a ação do governo municipal, enquanto a atuação do crime organizado articulado em diferentes estados e até internacionalmente demonstrou a necessidade de atenção aos fenômenos que demandam a compreensão de sua constituição em rede (SOUZA, 2013, p. 181).

Tais estudos e discussões em torno do conceito de escala contribuíram para ampliação da ideia inicial de política. Como ressalta Smith (2000, p. 142), a produção e reprodução da escala expressa as lutas e disputas sociais e, ao mesmo tempo, estabelece novas fronteiras entre diferentes lugares, localizações, preferências e experiências. Esse movimento era um convite também aos licenciandos para revisão dos objetivos e ajustes das estratégias de ação. As reuniões de planejamento resgatavam questões norteadoras: quais são nossas intenções ao estimular a reconstrução do conceito de política e o seu exercício no ensino de Geografia? O que queremos e o que somos capazes de alcançar?

O gatilho que iniciou as discussões foi recuperado. O foco era ampliar a adesão dos uberabenses nas audiências públicas do orçamento participativo municipal. O diagnóstico construído até aquele momento indicava que os adolescentes não reconheciam a política como área adequada e tampouco atrativa para discussão ou participação. O desafio fagulhava à nossa frente: universidade, escola e um horizonte comum! Como contribuir para a formação de uma geração de cidadãos comprometidos com a democracia e com a construção de novas práticas políticas capazes de transformar o destino de sua comunidade?

³ O Projeto Água Viva implementado pela Prefeitura de Uberaba consiste na ampliação do canal subterrâneo nas Av. Leopoldino de Oliveira, Pedro Salomão, Santa Beatriz e Santos Dumont. O objetivo principal desse conjunto de obras é atuar no problema das enchentes na área central da cidade, decorrente da insuficiência dos principais canais e galerias existentes. Para mais informações: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,314>

Polinização: somar esforços e multiplicar a colheita

O planejamento para as etapas seguintes precisava contemplar ações práticas que estivessem ao alcance dos estudantes da escola básica. O município passou a ser o foco, como escala do exercício da cidadania e aprendizado da democracia, lugar do uso do direito político, mas também dos deveres e responsabilidades. O portal da transparência⁴ e o site da Prefeitura Municipal de Uberaba foram consultados em busca de pistas para operacionalização dos objetivos. Entretanto, a fala dos estudantes ressoava insistente: “política não se discute; eu não entendo nada; é muito chato e confuso; são todos corruptos!” A disposição das informações, a linguagem, os dados aparentemente indecifráveis realmente não iriam ajudar a transpor a resistência inicial.

Os licenciandos passaram a tecer uma trama que gerou um gratificante aprendizado. Guiados pela intenção de se aproximarem do universo dos estudantes da escola básica, foram em busca de uma nova linguagem capaz de comunicar aquele conteúdo que parecia tão útil para a formação política. Depararam-se então com esforços que já sinalizavam uma longa caminhada nessa direção. O primeiro deles foi o Portal Meu Município (<https://meumunicipio.org.br/>), que utiliza dados do IBGE e do Tesouro Nacional e os organiza e disponibiliza de forma simples e com a facilidade de comparar como as prefeituras brasileiras arrecadam e gastam seus recursos. Nele é possível, por exemplo, visualizar dados da arrecadação do IPTU ou da despesa com educação de cada município, além de compará-los, o que torna as informações mais contextualizadas.

A segunda ferramenta encontrada foi a Colab (<https://www.colab.re/>), uma *startup* que surgiu em 2013 com a proposta de aproximar a população da gestão pública municipal. Por meio de website e de um aplicativo para smartphones, as pessoas podem enviar fotos e comentários sobre qualquer problema identificado: falta de coleta de lixo; infraestrutura danificada; necessidade de poda de árvores, iluminação pública inadequada; buracos em vias ou calçadas, enfim a ideia é dar voz aos cidadãos e manter um canal de comunicação eficiente entre os governantes e as demandas da comunidade.

O terceiro instrumento identificado para a participação dos estudantes foi o aplicativo Tá de Pé (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.tadepe>), onde é possível

⁴ O Portal da Transparência é um site criado em 2004 pela Controladoria Geral da União (CGU) para veicular informações sobre como o dinheiro público é utilizado: <https://www.portaltransparencia.gov.br/>

acompanhar e fiscalizar as obras de escolas e creches financiadas pelo governo federal. Trata-se de um projeto mantido pela Transparência Brasil, organização fundada em 2000 por entidades não governamentais, com o objetivo de promover a defesa do interesse público e o combate à corrupção (<https://www.transparencia.org.br/>).

A colheita foi farta e não parou por aí. A interação entre licenciandos e estudantes do Ensino Médio rendeu ainda mais informações sobre outros canais de comunicação. O Meu Deputado (<https://meudeputado.mobi/>) foi um dos aplicativos que já era conhecido entre eles. Criado por alunos da PUCRS, a ferramenta utiliza dados do Portal da Transparência em uma interface mais amigável e fácil de ser monitorada. Dentre as funções disponíveis é possível obter informações referentes à presença dos deputados federais nas sessões na Câmara, acompanhar as despesas e os votos em leis e projetos.

A Robô Rosie (<https://twitter.com/rosiedaserenata>) também já era conhecida entre as turmas, apesar de nem todos entenderem bem seu funcionamento. Seu nome faz referência à Operação Serenata do Amor, um projeto de inteligência artificial para análise dos gastos públicos no país. Ela surgiu em 2016 após os escândalos de desvio de fundos públicos, como o Mensalão. Rosie é programada para identificar gastos que aparentam alguma irregularidade. Ela analisa as solicitações de reembolsos dos deputados e senadores e indica os motivos de serem divulgados como suspeitos. Cada caso identificado vira uma denúncia no Twitter (<https://twitter.com/rosiedaserenata/status/1097497396890734597>). De acordo com seus organizadores em apenas um ano a plataforma já tinha analisado 3 milhões de notas fiscais de deputados em busca de gastos irregulares. Os números foram realmente significativos, com 3.500 casos suspeitos o que representou cerca de R\$ 378 mil e 680 denúncias publicadas⁵.

Ao finalizar esta etapa do trabalho os licenciandos arriscaram refazer a pergunta: a política poderia ser assunto discutido em sala de aula? Relutantes, os estudantes da escola insistiram na dificuldade de compreensão da linguagem, de siglas e informações confusas que os afastam do debate. Mencionaram ainda a distância e até oposição entre o nome dos partidos políticos e seu funcionamento na prática, que nem sempre condiz com as ideologias às quais estão aparentemente filiados.

Neste ponto houve uma tentativa de avanço em relação à reconstrução do sentido de política. A trajetória das atividades foi resgatada com ênfase em toda a discussão sobre fenômenos políticos que transcendiam o momento do voto, da escolha de um partido ou de

⁵ <https://g1.globo.com/politica/noticia/grupo-analisa-3-milhoes-de-notas-fiscais-de-deputados-em-busca-de-gastos-irregulares.ghtml>

um representante. As problemáticas foram retomadas: a mobilização pela redução do preço praticado na cantina, a greve dos motoristas de ônibus, as inundações na Avenida Leopoldino de Oliveira, o combate ao tráfico de drogas, dentre outros pontos relacionados à provisão de serviços públicos no município. O esforço era na direção da expansão da definição de política, em sua essência concebida para ser discutida, para promover o debate de assuntos e interesses coletivos e possibilitar novas construções sociais. Nesse sentido, a própria acepção de política deveria pressupor diálogo e participação.

Eis que um estudante deixa escapar em alto e bom som uma inquietante conclusão: “então é impossível fazer política sem ouvir o pensamento do outro!” Quase parafraseando Rubem Alves (2012) quando clamou por cursos de “escutatória” ao invés de oratória, ele nos conduzia a um denominador comum: a necessidade da escuta. Não aquela escuta apenas aparente, de quem está articulando a resposta enquanto finge te ouvir. Mas o silêncio de dentro, do qual nos fala o autor na sua escutatória. Estava claro que era preciso superar as experiências que tendemos a repetir. Era preciso abandonar as discussões políticas polarizadas e inaugurar conversas e interações com o propósito de rever posicionamentos, de buscar conciliações e gerar benefícios que realmente alcancem a maioria. De fato, o desafio não era pequeno, mas o percurso já indicava que a travessia seria proveitosa.

Frutos maduros: a aplicação do Jogo da Política na escola

O Jogo da Política é um conjunto de três jogos que representam os poderes executivo, legislativo e judiciário. Como a intenção era colocar em discussão o orçamento público municipal, foi escolhido o jogo do poder executivo. Ele simula a distribuição do orçamento municipal entre as 23 categorias ou funções de governo⁶. Estes aspectos iniciais já indicavam uma agenda de trabalho com os pré-requisitos a serem alcançados, como a apropriação de uma nova linguagem que permitisse aos estudantes compreenderem como o jogo opera.

Acrescentados às aulas teóricas sobre o próprio orçamento público municipal e as funções de governo, foram realizados trabalhos de campo nas secretarias municipais. Nessas ocasiões, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer os problemas reais enfrentados

⁶ Legislativa; Essencial a Justiça; Administração; Segurança Pública; Assistência Social; Previdência Social; Saúde; Trabalho; Educação; Cultura; Direitos da Cidadania; Urbanismo; Habitação; Saneamento; Gestão Ambiental; Ciência e Tecnologia; Agricultura; Indústria; Comércio e Serviço; Comunicações; Desporto e Lazer; Encargos Especiais; Reserva de Contingência.

pelos gestores. Além de entrevistas com secretários da saúde, educação e transportes, a conversa com o Assessor Geral de Planejamento Orçamentário deu vida à distribuição dos recursos entre as diferentes áreas e ilustrou como se realizam as negociações e ajustes.

O campo foi momento fundamental para subsidiar as etapas seguintes. Questões como o que significa a função de encargos especiais ou reserva de contingência, foram esclarecidas pelos entrevistados com explicações bem práticas sobre a dívida pública, que na esfera municipal se refere aos débitos com estado e federação. O que pode ser incluído como gasto em cada função de governo foi cuidadosamente investigado e os adolescentes iam se nutrindo de importantes argumentos que seriam estrategicamente utilizados em cada partida.

Finalmente a aplicação do jogo teve início com um debate sobre o que representa o orçamento público do município de Uberaba. Os licenciandos centraram esforços para dar sentido àquele montante aparentemente tão abstrato. A primeira via foi comparar o valor do orçamento anual com outros municípios, como São Paulo, Belo Horizonte e também com o do Brasil. Algumas definições foram trabalhadas para viabilizar esses primeiros passos. A Lei de Acesso à Informação Pública (Lei Federal nº 12.527/2011) foi apresentada e seu exercício exemplificado a partir da implantação do Portal da Transparência (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2013; 2013b). Assim, ficava claro que é de responsabilidade do poder público criar mecanismos eficientes para divulgar informações de interesse coletivo, e a execução do orçamento tem importância central nesse contexto.

A compreensão do funcionamento do orçamento de cada município demandava ainda visualizar o fluxo dos acontecimentos. Inicialmente era importante identificar as prioridades, ou seja, quanto o município vai gastar em saúde ou educação no próximo ano? De onde virá o dinheiro a ser gasto? Para este planejamento a Constituição Federal de 1988 prevê (no seu artigo 165) um modelo orçamentário de gestão do dinheiro público com três documentos norteadores: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) (<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>). Seu entendimento é condição fundamental para os jogadores obterem sucesso.

O PPA é elaborado pelo governo federal, tem vigência de 4 anos e deve prever todos os gastos públicos no período, sob pena de serem considerados ilícitos. Um PPA sempre entra em vigor no segundo ano do mandato presidencial e termina no primeiro ano do mandato seguinte. A LDO indica as prioridades do governo para aquele ano. Ela funciona como um recorte anual das metas previstas no PPA. Uma das funções da LDO é, por exemplo, indicar quanto será o reajuste do salário mínimo, qual será o percentual de aumento de determinado

tributo, dentre outras. Por fim, a LOA é a que se relaciona mais diretamente com o Jogo do Executivo, já que prevê a receita e as despesas gerais para o próximo ano. Ou seja, a LOA é a previsão do orçamento propriamente dito e deve ser encontrada no site das prefeituras. Durante o jogo, o montante total a ser dividido entre cada secretaria municipal será aquele previsto na LOA, já que os jogadores representam os gestores públicos e são responsáveis pela execução do orçamento.

Figura 1 - Lei Orçamentária Anual - Demonstrativo da Receita e Despesa por Gestão segundo as Categorias Econômicas, Prefeitura Municipal de Uberaba/MG, Exercício de 2018.

Prefeitura Municipal de Uberaba - PMU 10/10/2017 18:44
Página 1 de 1

Projeto de Lei - Lei Orçamentária Anual
Sumário Geral da Receita por Fontes e das Despesas por Funções do Governo
Exercício de 2018
Lei 4320/64 - Anexo 1 Adendo II à Portaria SOF, 08/85

RECEITA	R\$	R\$	DESPESA	R\$
Receitas Correntes		1.249.892.430,37	01 Legislativa	23.524.086,01
Receita Tributária	218.846.340,87		03 Essencial a Justiça	4.928.124,58
Receitas de Contribuições	81.826.058,37		04 Administração	216.934.058,57
Receita Patrimonial	40.017.484,10		06 Segurança Pública	1.290.204,51
Receita de Serviços	119.911.680,65		08 Assistência Social	29.969.059,26
Transferências Correntes	690.991.598,46		09 Previdência Social	79.133.409,63
Outras Receitas Correntes	98.299.267,92		10 Saúde	316.965.245,00
Receitas de Capital		191.765.951,45	11 Trabalho	2.552.638,38
Operações de Crédito	96.200.000,00		12 Educação	223.046.130,43
Alienação de Bens	4.178.752,68		13 Cultura	3.816.380,63
Transferências de Capital	91.387.198,77		14 Direitos da Cidadania	707.634,46
Deduções da Receita		-79.432.141,86	15 Urbanismo	187.123.949,68
Resituições (ao detalhar, acrescentar a rubrica d	-2.210.852,30		16 Habitação	1.317.749,52
FUNDEB	-76.806.087,24		17 Saneamento	212.043.834,43
Compensações (ao detalhar, acrescentar a rubric	0,00		18 Gestão Ambiental	3.887.576,28
Outras Deduções (ao detalhar, acrescentar a rubr	-415.202,32		19 Ciência e Tecnologia	3.225.876,17
TOTAL		1.362.226.239,96	20 Agricultura	3.208.912,92
			22 Indústria	4.053.998,00
			23 Comércio e Serviço	1.731.291,98
			24 Comunicações	5.059.500,00
			27 Desporto e Lazer	1.708.473,05
			28 Encargos Especiais	25.790.418,81
			99 Reserva de Contingência	10.207.687,66
			TOTAL	1.362.226.239,96

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba (2019).

A Figura 1 apresenta a LOA do município de Uberaba para o ano de 2018. O valor total foi trabalhado entre os estudantes para que se tornasse mais concreto e permitisse aos jogadores arriscar como a distribuição foi realizada. Um dos caminhos nessa direção está sugerido no próprio Manual do Jogo do Executivo (<http://jogodapolitica.org.br/>). Consiste em simular o que é possível comprar com este total. Para tanto, pode-se apresentar aos jogadores os preços de alguns itens capazes de ilustrar o debate.

<p>Salário mínimo = aproximadamente R\$ 1.200 Carro popular = R\$ 50 mil Construção de uma casa popular = R\$ 100 mil Construção de 1 km de metrô = R\$ 270 milhões Reforma do Estádio do Maracanã = R\$ 1,2 bilhão</p>
--

Fonte: Manual do Jogo Executivo (<http://jogodapolitica.org.br/>) (valores atualizados em 2022).

A partir desses valores teve início uma série de estimativas: quantas casas populares é possível construir com o orçamento do município de Uberaba? Quantos carros poderiam ser comprados? Quantos servidores poderiam ser contratados e qual seria o salário a ser pago? O debate serviu para dar mais realidade aos valores. Aos poucos as funções de governo e secretarias municipais também iam aparecendo nas discussões e suas atribuições eram revistas.

Assim, jogadores familiarizados com o valor total do orçamento municipal, com cada secretaria e função de governo: o jogo finalmente era iniciado. A primeira etapa consistiu na tarefa de dividir o orçamento entre cada secretaria de acordo com a realidade, ou seja, os jogadores tinham que imaginar como o orçamento foi realmente distribuído. Cada grupo recebeu as fichas para simular a divisão deste montante entre as funções de governo. Para facilitar foi trabalhado em porcentagens.

Figura 2 - Ficha de Funções de Governo.

	Funções de Governo	Orçamento previsto	Percentual
1	Legislativa		
2	Essencial a Justiça		
3	Administração		
4	Segurança Pública		
5	Assistência Social		
6	Previdência Social		
7	Saúde		
8	Trabalho		
9	Educação		
10	Cultura		
11	Direitos da Cidadania		
12	Urbanismo		
13	Habitação		
14	Saneamento		
15	Gestão Ambiental		
16	Ciência e Tecnologia		
17	Agricultura		
18	Indústria		
19	Comércio e Serviço		
20	Comunicações		
21	Desporto e Lazer		
22	Encargos Especiais		
23	Reserva de Contingência		
	TOTAL	1.362.226.239,96	100,00%

Fonte: Acervo pessoal, 2022

Após o preenchimento da ficha apresentada na Figura 2, os jogadores passaram a discutir os percentuais atribuídos a fim de alcançar um consenso. Era preciso acionar conhecimentos e experiências em relação à observação da realidade do município. Avaliar as condições da saúde, educação, dentre outras, e presumir como os governantes teriam destinado os recursos. Tudo era registrado para ser exposto na plenária final.

A segunda rodada do jogo foi a distribuição do orçamento a partir daquilo que os jogadores achavam o mais adequado, ou seja, uma idealização de como deveria ser feita a distribuição da receita do município para cada função de governo. Nessa fase, era preciso analisar e decidir como poderia ser dividido o recurso disponível de acordo com suas próprias convicções. Isso implicaria definir quais seriam as prioridades com as quais “aquele governo”

iria se comprometer. Nesse momento, os estudantes começaram a ter que lidar com as limitações. Não poderiam tirar dinheiro da previdência e do salário dos funcionários, por exemplo. Perceberam a necessidade de fazer escolhas difíceis, que refletiam a visão de mundo de cada um.

Nesses encontros e, especialmente nos desencontros, o conceito de política era de fato praticado. Para Hanna Arendt (1998, p. 21), os homens se organizam politicamente a partir do caos absoluto das diferenças. Segundo a autora, só é possível pensar em política tendo em vista a base material e social onde o encontro das diferenças se dá. Também a esse respeito, Castro (2011, p. 49-50) assevera que a condição fundante do território é não apenas o encontro, mas o enfrentamento das paixões (interesses, conflitos, ambições e escolhas) e das regras para a convivência entre os diferentes.

Esses desencontros se expressavam no percentual que cada jogador atribuía a determinada função. “Você já entrou no Hospital Regional? Ele pode ser bonito por fora, mas o atendimento precisa ser melhorado, tem muita fila. Por isso precisamos enviar recursos pra lá”. “Mas se as ruas continuarem esburacadas e o transporte tão caro e deficiente como está, a pessoa mal consegue chegar ao hospital”. Os pequenos gestores começavam a ensaiar seus planos de governo e defender suas escolhas a partir de suas próprias vivências.

A última etapa do jogo foi a apresentação do orçamento real e a comparação com as duas fases anteriores, a distribuição ideal e a presumida por cada grupo. Um dos licenciandos coordenou a dinâmica na forma de um verdadeiro bingo: cada grupo apresentava em voz alta os percentuais colocados e depois o valor correto era revelado. As reações eram instantâneas: “não parece que a Prefeitura investe tudo isso em saúde! Então precisaria investir muito mais”. “Você precisa andar mais pela cidade, não conhece a realidade do bairro onde eu moro, ali o dinheiro não chega nunca!” “Se ao menos a gente pudesse sugerir essa mudança para o prefeito, certeza que a cidade iria melhorar muito”.

Ao finalizar o jogo, muitas diferenças entre os estudantes que constituíam as turmas do Ensino Médio haviam sido expostas e, em alguns casos, exaustivamente trabalhadas. Entretanto, alguns consensos também tinham florescido. O primeiro certamente dizia respeito à complexidade dos interesses que compõem uma comunidade. Tinha ficado claro que as decisões sobre o orçamento público municipal não poderiam partir de escolhas e preferências pessoais ou de um pequeno grupo. Ali, entre poucos colegas as disparidades já apareciam de forma tão contundente, o que dirá na cidade inteira. Outro aspecto enfatizado foi a necessidade de participação da população para que os diversos interesses pudessem ser representados e defendidos.

Considerações finais: “planejar é revelar os interesses”

Um dado importante sobre os resultados alcançados com o trabalho diz respeito à longevidade de seus frutos. Bem provável que a Audiência Pública do Orçamento Participativo de Uberaba, do ano seguinte à aplicação no jogo, não tenha sofrido impacto algum. Entretanto, os agentes constituintes do trabalho: estudantes da Educação Básica, professores que colaboraram e os licenciandos carregam consigo o poder de polinizar ambientes e indivíduos para novas práticas políticas. Certamente serão capazes de perpetuar o exercício de escuta e a tomada coletiva de decisões, imaginar novas possibilidades de organização política e social e sonhar juntos um município e um país melhor.

O debate em torno da escala municipal como importante recorte espacial demonstrou na prática aquilo que Castro (2011, p. 137) havia nos ensinado: “a produção de injustiças começa nessa escala”. A análise dos fenômenos políticos e sua extensão territorial ilustrou o jogo de forças que envolvem a gestão do dinheiro público, além de revelar que o orçamento municipal é de fato um instrumento de planejamento, capaz de transformar a vida do território.

Resta-nos, então, indagar qual o papel do poder público, sobretudo do governo municipal nessa tarefa de planejar um desenvolvimento capaz de alcançar as demandas da maior parte da população? De acordo com alguns autores (ARAÚJO, 2000; BECKER, 2010; BRANDÃO, 2013; 2013B; VAINER, 2007), seria justamente o de assegurar uma dinâmica territorial mais harmônica e menos seletiva. Mais integradora ao invés de fragmentadora do território.

Trata-se daquilo que sugere Araújo (2000) quando enfatiza que aos agentes privados não cabe pensar nos espaços menos competitivos. Para a autora o papel esperado do Estado seria o de contrabalançar com a sua presença a relativa ausência de investimentos privados, e não se concentrar onde o ente privado já prefere se localizar, onde o dinamismo conduzido pela lógica do mercado já é mais intenso, onde os novos fatores de competitividade já são abundantes (ARAÚJO, 2000, p. 85).

A análise da distribuição do dinheiro público traz indícios relevantes acerca das prioridades e intenções de cada governo. Os investimentos definem o que é central e o rumo das políticas públicas implementadas em cada gestão. A dissociação entre planejamento, desenvolvimento e federalismo impõe limites à capacidade do governo, instituições e sociedade civil alcançarem juntos a redução das contradições sócioespaciais acumuladas ao longo da própria trajetória do desenvolvimento territorial brasileiro (BRANDÃO, 2013a). Os

trabalhos de campo nas secretarias municipais demonstraram como a articulação entre os entes da federação ainda é um desafio. Muitos planos e projetos municipais eram completamente desconhecidos dos gestores e as demandas sociais são pouco ou quase nada ouvidas nas tomadas de decisão.

Portanto, o trabalho realizado e a pesquisa ainda em curso enfatizam a necessidade de recuperarmos uma leitura do território centrada no exercício de proposição de diagnósticos críticos e interventores, que norteiem o planejamento a partir de problemas efetivos. Amparados pela perspicaz definição de Celso Furtado quando afirma que planejar é ampliar nosso horizonte histórico e revelar os interesses (BRANDÃO, 2013b), seguimos na prática de uma Geografia Política capaz de contribuir para a construção e democratização de fóruns populares, na educação cidadã capaz de valorizar a diversidade e combater as desigualdades.

Referências

ALVES, Rubem. *O amor que acende a lua*. Campinas: Papirus, 2012.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva*. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). *Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Faperj, 2000, p. 73-89.

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BECKER, Bertha Koiffmann. *Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* *Parcerias estratégicas*, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

BRANDÃO, Carlos. *Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade*. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, v. 14, n. 1, 2013b.

BRANDÃO, Carlos. *Pacto federativo, reescalonamento do Estado e desafios para a integração e coesão regionais e para legitimar políticas de desenvolvimento regional no Brasil*. *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013a.

CASTRO, Iná Elias. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *O ensino crítico de Geografia em escolas públicas do ensino fundamental*. 1991. Dissertação de mestrado. Goiânia: Faculdade de Educação/UFG, 1991.

COLAB, 2016. Disponível em: <https://www.colab.re>. Acesso em: 25 novembro, 2017.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Guia de implantação de Portal da Transparência. Brasília, 2013b. Disponível em:

<http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/guia-implantacao-portaltransparencia.pdf>. Acesso em: 13 março 2018.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios. Brasília, 2013. Disponível em:

https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparenciapublica/brasiltransparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf. Acesso em: 12 março 2018.

ÉNOIS, 2019. *Inteligência jovem*. Disponível em: <https://enoisconteudo.com.br>. Acesso em: 7 agosto, 2019.

JOGO DA POLÍTICA. TRANSFORMANDO A CULTURA POLÍTICA PELA EDUCAÇÃO, 2018. Disponível em: <http://jogodapolitica.org.br>. Acesso em: 2 março, 2018.

JOUT JOUT PRAZER: ERA UMA VEZ UM VOTO, 2018. Disponível em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLj0yCrqhrPopw-f6IJWu4hLK6VN5cC_iI. Acesso em: 5 outubro, 2020.

LABHACKER, 2018. *Laboratório de Inovação Cidadã da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://labhacker.cd.leg.br>. Acesso em: 5 maio, 2019.

MEU DEPUTADO, 2016. Disponível em: <https://meudeputado.mobi>. Acesso em: 15 maio, 2019.

MEU MUNICÍPIO, 2014. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br>. Acesso em: 5 dezembro, 2019.

PECK, Jamie. *Economías políticas de escala: políticas rápidas, relaciones interescales y workfare neoliberal*. In: FERNÁNDEZ, Victor; Brandão, Carlos (Org.). *Escalas y Políticas del Desarrollo Regional. Desafíos para América Latina*. Buenos Aires: Ed. Mino y D'ávila, 2004, p.77-120.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. *Neoliberalizing Space*. In: BRENNER, Neil.; THEODORE, Nik. *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America an West Europe*. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2002.

POLITIZE!, 2016. Disponível em: www.politize.com.br. Acesso em: 5 abril, 2018.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2013. Disponível em:

<https://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 5 maio, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA, 2019. Disponível em:

<https://portal.uberaba.mg.gov.br>. Acesso em: 5 maio, 2019.

PUBLICA. AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2018. Disponível em: www.apublica.org. Acesso em: 9 março, 2019.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

SMITH, Neil. *Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica*. In: ARANTES, Antônio Augusto. (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 132-159.

SONHO BRASILEIRO DA POLÍTICA, 2016. Disponível em: <http://pdrinst.org/pt/project/sonho-brasileiro-de-politica>. Acesso em: 5 fevereiro, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. In: FERNÁNDEZ, Victor; BRANDÃO, Carlos (Orgs.). *Escalas y Políticas del Desarrollo Regional. Desafios para América Latina*. Buenos Aires: Ed. Mino y D'ávila, 2004, p.47-75.

TRANSPARÊNCIA BRASIL, Disponível em: www.transparencia.org.br. Acesso em: 1 junho, 2019.

VAINER, Carlos Bernardo. *Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, 2007.

Marina Castro de Almeida

Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2013), com período sanduíche na City University of New York (Orientador: Neil Smith). Realizou pós-doutorado na Universidade de São Paulo, em Geografia Econômica e Regional (Supervisão: María Mónica Arroyo) e na Université de Vicennes à Saint-Denis - Paris VIII, no Laboratório Ladyss (Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces - Supervisão: Bezunesh Tamru). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba-MG. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Econômica e Regional, Redes Geográficas e Planejamento Territorial, atuando principalmente nos seguintes temas: região e regionalização, globalização, desenvolvimento geográfico desigual, distribuição territorial dos serviços prestados às empresas e precarização do trabalho.

Endereço profissional: Av. Frei Paulino, 30 - Nossa Sra. da Abadia, Uberaba - MG, 38025-180.

E-mail: marina.almeida@uftm.edu.br

Recebido para publicação em 31 de janeiro de 2022.

Aprovado para publicação em 08 de abril de 2022.

Publicado em 12 de abril de 2022.